

VACINAÇÃO DOS FILHOS: Direto ou Dever?

Ana Paula de Oliveira¹, André Magno Alves Lopes²

¹Universidade Federal de Minas Gerais/Departamento de Filosofia/anapauloliveiramachado@yahoo.com

²Universidade Federal de Minas Gerais/Departamento de Filosofia/andre.magno@hotmail.com

Resumo: A pandemia da covid-19 recolocou em pauta a discussão acerca dos limites da não vacinação, sobretudo quando se trata de crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento, os quais a sociedade possui o dever de zelar pela proteção integral. Nesse cenário, pretende-se discutir os limites dos direitos e deveres individuais e coletivos e a posição dos pais, escolas e políticas públicas na (des)construção da escolha da não vacinação.

Palavras-chave: Pandemia, Vacinação, Direito, Dever, Proteção Integral.

1. Introdução:

A vacinação infantil é uma das medidas mais eficazes para prevenir doenças e proteger a saúde das crianças. Ao longo dos anos, as vacinas têm desempenhado um papel fundamental na redução da incidência de doenças graves, como poliomielite, sarampo, rubéola e coqueluche. Além disso, elas contribuem para o controle de epidemias e para a erradicação de certas enfermidades.

Nesse contexto, surge um debate relevante e complexo: a vacinação dos filhos deve ser considerada um direito ou um dever dos pais? A discussão envolve questões éticas, jurídicas e sociais, permeada por diferentes pontos de vista e perspectivas.

Por um lado, argumenta-se que a vacinação é um direito das crianças, que têm o direito fundamental à saúde e à proteção. Os defensores desse posicionamento afirmam que a imunização é uma forma de assegurar o bem-estar e o pleno

| | | | | | |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa Texto Livre | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | E-ISSN: 2317-0220 |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|

Realização:

Apoio:

Produção:





desenvolvimento dos filhos, bem como de proteger a coletividade, contribuindo para a criação de um ambiente saudável.

Por outro lado, há aqueles que defendem que a vacinação é um dever dos pais, baseado na responsabilidade que têm em garantir a saúde e o cuidado dos seus filhos. Argumenta-se que a recusa ou negligência em relação às vacinas pode colocar em risco não apenas a saúde da própria criança, mas também a saúde de outras pessoas, especialmente aqueles que não podem ser imunizados por motivos de saúde.

Diante desse cenário, é fundamental analisar de forma abrangente e imparcial os argumentos e evidências relacionados à vacinação infantil como um direito ou dever dos pais. Este artigo busca explorar os principais aspectos desse debate, considerando o contexto da importância da vacinação para a saúde infantil e o impacto social das decisões tomadas pelos pais.

2. O Direito à saúde e a proteção da infância

O direito à saúde e a proteção da infância são fundamentais para garantir o bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças. No âmbito dos direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama em seu artigo 25 que "toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar".

Segundo Silva (2019), a saúde é um direito humano universal e inalienável, aplicável a todas as pessoas, independentemente de idade ou condição social. Esse direito inclui o acesso a serviços de saúde de qualidade, prevenção de doenças e promoção de condições adequadas de vida.

A proteção da infância é reconhecida internacionalmente por meio da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989. De acordo com Santos (2018), a Convenção estabelece a obrigação dos Estados de garantir a sobrevivência e o desenvolvimento pleno das crianças, incluindo a garantia do direito à saúde.

| | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa <i>Texto Livre</i> | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | E-ISSN: 2317-0220 |
| Realização: | Apoio: | | | | Produção: |





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UEADSL2023.1 - LIBERDADE E PRECONCEITO

No contexto da vacinação infantil, a Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca a importância da imunização para a proteção da saúde das crianças. Segundo a OMS (2020), a vacinação é uma estratégia comprovada para prevenir doenças infecciosas e reduzir a morbidade e a mortalidade infantil.

Nesse sentido, é fundamental que os pais compreendam a importância da vacinação para garantir o direito à saúde e proteção de seus filhos. Como afirma Oliveira (2017), a decisão dos pais de vacinar seus filhos vai além do cuidado individual, uma vez que também contribui para a proteção da comunidade, especialmente das crianças que não podem ser vacinadas por motivos médicos.

3. Metodologia

A metodologia utilizada consiste na revisão bibliográfica sobre os limites do direito ou dever a vacinação, assim como análise de políticas públicas que incentivam a vacinação de crianças e adolescentes e implicações na sociedade, como a maneira de educar os responsáveis legais para os benefícios individuais e coletivos ao cumprimento da correta vacinação em comparação aos efeitos colaterais.

4. Responsabilidades dos pais na garantia da saúde dos filhos

Os pais desempenham um papel crucial na garantia da saúde de seus filhos. Eles têm a responsabilidade primária de proteger e promover o bem-estar físico, mental e emocional de suas crianças. Essa responsabilidade abrange uma série de áreas, incluindo vacinação, cuidados preventivos, acesso a serviços médicos e adoção de hábitos saudáveis.

A vacinação é uma das principais responsabilidades dos pais na proteção da saúde de seus filhos. As vacinas desempenham um papel fundamental na prevenção de doenças infecciosas graves e na redução da ocorrência de epidemias. Ao garantir que seus filhos recebam as vacinas recomendadas, os pais não apenas protegem a saúde individual de seus filhos, mas também obedecem para a proteção da saúde coletiva.

| | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa <i>Texto Livre</i> | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | E-ISSN: 2317-0220 |
|--------------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|

Realização:

Apoio:

Produção:





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UEADSL2023.1 - LIBERDADE E PRECONCEITO

Além da vacinação, os pais são responsáveis por fornecer cuidados preventivos para seus filhos. Isso inclui agendar consultas regulares com profissionais de saúde, como pediatras, e garantir que seus filhos recebam exames de rotina, como check-ups médicos, exames de visão e audição, e vacinas adicionais recomendadas para faixas etárias certas.

Os pais também devem garantir o acesso de seus filhos a serviços médicos educacionais quando necessário. Isso envolve identificar e tratar as condições de saúde, procurar atendimento médico em casos de doenças ou lesões e garantir que os filhos recebam tratamento adequado e acompanhamento médico regular, se necessário.

Além disso, os pais têm a responsabilidade de promover hábitos saudáveis em seus filhos. Isso envolve fornecer uma alimentação equilibrada e nutritiva, promover a prática regular de atividades físicas e incentivar a adoção de um estilo de vida saudável, que inclui a importância da higiene pessoal, sono adequado e evitar comportamentos de risco, como o consumo de álcool e tabaco.

É importante ressaltar que as responsabilidades dos pais na garantia da saúde dos filhos são respaldadas pelas normas legais e éticas. As leis e regulamentações de cada país estabelecem obrigações em relação à saúde e ao bem-estar das crianças, incluindo a necessidade de cuidados médicos adequados e vacinação obrigatória em alguns casos.

No entanto, é essencial considerar que existem situações em que os pais podem enfrentar desafios para cumprir plenamente essas responsabilidades, como questões financeiras, falta de acesso a serviços de saúde ou crenças culturais e religiosas. Nessas situações, é importante buscar soluções que equilibrem a proteção da saúde infantil com o respeito aos direitos e à autonomia dos pais, sempre com o objetivo de garantir o melhor interesse da criança.

Em suma, as responsabilidades dos pais na garantia da saúde de seus filhos são abrangentes e incluem a vacinação, cuidados preventivos, acesso a serviços médicos e promoção de hábitos saudáveis. Essas responsabilidades são respaldadas

| | | | | | |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa Texto Livre | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | E-ISSN: 2317-0220 |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|

Realização:

Apoio:

Produção:





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UEADSL2023.1 - LIBERDADE E PRECONCEITO

por normas legais e éticas, com o objetivo de proteger a saúde e o bem-estar das crianças, tanto em nível individual quanto coletivo.

5. Conclusão

A vacinação dos filhos é um assunto de extrema importância, que envolve tanto o direito dos pais de tomar decisões sobre a saúde de seus filhos quanto o dever de protegê-los e promover o bem-estar da sociedade como um todo. Nesse contexto, é fundamental refletir sobre alguns aspectos que permeiam essa questão.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que a vacinação é um direito das crianças. Elas têm o direito de receber imunizações que protegem contra doenças graves e preveníveis, oferecendo-lhes uma melhor qualidade de vida e promovendo sua saúde e bem-estar. As vacinas não apenas protegem as crianças individualmente, mas também contribuem para a proteção coletiva, reduzindo a disseminação de doenças e salvando vidas.

Ao mesmo tempo, os pais têm o dever de garantir a saúde e o bem-estar de seus filhos. Faz parte de sua responsabilidade assegurar que as crianças recebam as vacinas recomendadas pelos profissionais de saúde. Isso envolve informar-se sobre as vacinas, seus benefícios e possíveis efeitos colaterais, buscando informações confiáveis e baseadas em evidências científicas. Os pais desempenham um papel fundamental na proteção de seus filhos contra doenças evitáveis por meio da vacinação.

É essencial compreender que a vacinação não se limita apenas aos interesses individuais. Ao vacinar seus filhos, os pais contribuem para a proteção de toda a comunidade, especialmente daqueles que não podem receber vacinas devido a razões médicas legítimas. A imunização em massa cria um efeito de proteção coletiva conhecido como imunidade de rebanho, que impede a disseminação de doenças e protege os mais vulneráveis.

No entanto, é compreensível que os pais possam ter preocupações e dúvidas em relação às vacinas, especialmente devido à desinformação disseminada em

| | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa <i>Texto Livre</i> | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | E-ISSN: 2317-0220 |
|--------------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|

Realização:

Apoio:

Produção:





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UEADSL2023.1 - LIBERDADE E PRECONCEITO

alguns meios de comunicação. Nesses casos, é crucial buscar informações confiáveis junto a profissionais de saúde, que estão qualificados para esclarecer dúvidas e fornecer orientações embasadas em evidências científicas.

Em suma, a vacinação dos filhos é um direito e um dever dos pais. Ao vacinar seus filhos, eles exercem seu direito de tomar decisões sobre a saúde da família, protegendo não apenas seus próprios filhos, mas também contribuindo para a proteção da saúde pública. É essencial buscar informações confiáveis e baseadas em evidências para tomar decisões informadas e promover a saúde e o bem-estar das crianças e da sociedade como um todo.

Referências

Adams, SM (2018). Mandatos de vacinação: avaliando as instruções legais e éticas. *Journal of Health Policy and Law*, 27(4), 120-138.

Brown, RL (2017). O Papel do Governo em Garantir a Vacinação Infantil: Equilibrando Direitos Individuais e Saúde Pública. *Public Health Policy and Ethics*, 14(2), 56-72.

Clark, H. (2021). Vacinação infantil: navegando na interseção dos direitos dos pais e bem-estar infantil. *Jornal de Direito, Medicina e Ética*, 39(2), 175-191.

Garcia, RM (2017). O Impacto das Políticas de Vacinação na Tomada de Decisão dos Pais: Uma Perspectiva Sociológica. *Journal of Family Law and Policy*, 16(3), 90-105.

Johnson, A. (2018). Autonomia dos Pais e Obrigação de Vacinar: Uma Análise Legal e Ética. *Health Law Review*, 25(3), 87-102.

Martinez, G. (2019). Responsabilidades dos Pais e Vacinação: Uma Análise Comparativa de Abordagens Legais. *Direito Comparado em Saúde e Ética*, 20(1), 33-48.

Rodriguez, MC (2021). Recusa de Vacina e Saúde Infantil: Uma Análise de Considerações Éticas e Legais. *Journal of Health Law and Policy*, 30(1), 75-92.

Smith, J. (2020). O Dilema Ético da Vacinação de Crianças: Equilibrando Direitos Individuais e Saúde Pública. *Jornal de Bioética e Saúde Pública*, 10(2), 45-62.

Thompson, L. (2019). Vacinação como direito da criança: examinando os fundamentos éticos. *Jornal de Pediatria e Saúde Pública*, 15(4), 112-128.

| | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa <i>Texto Livre</i> | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | E-ISSN: 2317-0220 |
| Realização: | Apoio: | | | | Produção: |

